

COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PIRACICABA

1 No décimo primeiro dia do mês de março de dois mil e dez, às nove horas, o Comitê da
2 Bacia Hidrográfica do Rio Piracicaba realizou sua quadragésima primeira reunião ordinária,
3 no auditório da Fundação Comunitária de Ensino Superior de Itabira – Funcesi, situado à
4 Rua Venâncio Augusto Gomes, 50 – Bairro Major Lage de Cima, em Itabira/MG, a qual foi
5 convocada com antecedência de 15 dias, sob a presidência do Sr. Luiz Antônio dos Santos.
6 A reunião teve início com a saudação do primeiro-secretário, Rômulo Ramos Corgosinho,
7 que convidou os demais membros da diretoria: Luiz Antônio dos Santos (presidente),
8 Vinicius Moraes Perdigão (vice-presidente) e Edson Valgas de Paiva (segundo-secretário),
9 para comporem a mesa. Foi verificado o quórum e constatou-se a presença de 24
10 membros, sendo 19 titulares e 05 suplentes. Justificaram ausência por motivos diversos:
11 Giordani Leandro – Prefeitura de Coronel Fabriciano; Ricardo Pinheiro Moreira – Prefeitura
12 de João Monlevade; Cléber Marques Silva – Arcelor Mittal Brasil; Hélio Ferreira – Samarco
13 Mineração; José Pedro Gomes – Associação dos Engenheiros de João Monlevade.
14 Posterior à leitura da pauta do dia, Ney Albert Murtha, especialista em Recursos Hídricos da
15 Agência Nacional de Águas, apresentou o Acordo de Cooperação Técnica e o Plano de
16 Metas referentes ao Convênio de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Doce – “Pacto
17 das Águas”. Ney Murtha destacou que o início da cobrança está previsto para janeiro de
18 2011, e para que este prazo seja cumprido, o estado do Espírito Santo, que também integra
19 a bacia do Doce, já está adequando a sua legislação sobre recursos hídricos. Após o
20 esclarecimento de algumas questões, a plenária deliberou pela assinatura do “Pacto das
21 Águas”, com 21 votos a favor e 03 abstenções. Dando prosseguimento, o primeiro-secretário
22 comentou a respeito do Projeto de Lei Nº315/2009, de autoria do Deputado Federal do
23 Paraná, Chico da Princesa, que propõe alterar a lei que regulamenta a distribuição das
24 fontes da compensação financeira dos recursos hídricos, direcionando uma parcela maior
25 para os municípios e diminuindo o valor repassado aos estados. Rômulo explicou que, no
26 caso de Minas Gerais, este recurso mantém parte do Fundo de Recuperação, Proteção e
27 Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais –
28 FHIDRO, que é responsável pelo custeio a projetos e programas voltados para a melhoria
29 da qualidade e quantidade das águas, e ao mesmo tempo pelo fortalecimento dos Comitês
30 de Bacias Hidrográficas. E acrescentou que com a aprovação deste projeto de lei, o
31 FHIDRO ficará impossibilitado de patrocinar novos projetos, comprometendo assim, as
32 ações ambientais em Minas Gerais. O primeiro secretário salientou a importância de uma
33 mobilização do CBH Piracicaba, em oposição ao PL 315/2009. Dartison da Piedade
34 Fonseca, representante do Saae-Itabira sugeriu que fosse escrita uma carta de
35 manifestação contra o Projeto de Lei. O representante da Fundação Relictos, José Ângelo
36 Paganini apoiou e disse também, que poderia ser formalizada uma ação civil pública. Para
37 Paulo Ramon Daniel, representante do Sindipri e Hélio de Assis Vieira, presidente do Saae-
38 Itabira, o Comitê tem que agir buscando ajuda política. Lillian Márcia Domingues,
39 representante do IGAM enfatizou que é imprescindível um posicionamento do Comitê sobre
40 este assunto, principalmente porque o Projeto de Lei pode afetar os recursos do FHIDRO
41 para os projetos que ainda deverão ser encaminhados. E recomendou uma articulação com
42 o Sisema para resolver esta situação. Pedro Luís Pereira Ribeiro, representante da
43 Usiminas reforçou que seria prudente buscar mais esclarecimentos junto ao IGAM. O
44 representante do SAAE Itabira propôs novamente como ação imediata, o envio de uma
45 carta/documento às instâncias responsáveis, expressando a posição contrária do Comitê a
46 este Projeto. Após estas considerações, Rômulo Corgosinho colocou as sugestões para
47 apreciação da plenária e foi aceita pela maioria dos presentes, a proposta de Dartison
48 Fonseca. Em seguida, o primeiro secretário procedeu a leitura da ata da 4ª reunião

COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PIRACICABA

49 procedeu a leitura da ata da 4ª reunião extraordinária, realizada no dia 18 de novembro, em
50 João Monlevade, que após as devidas modificações foi aprovada por todos. Na seqüência,
51 Dartison Fonseca, representante da Câmara Técnica Institucional e Legal, apresentou a
52 proposta de alteração do Regimento Interno do CBH Piracicaba, conforme solicitado pelo
53 Parecer Jurídico Nº. 07/2010 – IGAM. Os conselheiros fizeram algumas observações e
54 deliberaram a favor da versão demonstrada, concluindo assim o processo de revisão do
55 Regimento Interno. A seguir, o Sr. Paulo Maciel Júnior e sua equipe, do Consórcio Ecoplan
56 Lume, responsáveis pela elaboração do Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia do
57 Rio Doce e dos Planos de Ações de Recursos Hídricos para as Unidades de Planejamento e
58 Gestão de Recursos Hídricos no Âmbito da Bacia do Rio Doce (PIRH – PARH's),
59 apresentaram o Programa para Efetivação do Enquadramento das Águas Superficiais da
60 Bacia do Rio Piracicaba. Com a palavra, Lílian Domingues falou que está previsto para o
61 mês de abril, a realização de consultas públicas, em quatro municípios da bacia focando os
62 diferentes usos da água (agropecuária, saneamento, mineração, indústria, serviços, energia,
63 usos diversos), a fim de mostrar o programa de enquadramento e aderir a ele as
64 contribuições da população. Na oportunidade, os conselheiros pediram que o material fosse
65 disponibilizado com antecedência para estudo prévio. Dando continuidade, Luiz Antônio
66 expôs sobre o decreto nº. 45.230, de 03 de dezembro de 2009, que estabelece o percentual
67 de até 7,5% (sete e meio por cento) do valor total anual do FIDRO a ser liberado e dividido
68 em cotas-parte entre o número de Comitês de Bacias Hidrográficas, instituídos no estado de
69 Minas Gerais, para aplicar nas suas ações de estruturação física e operacional. Ainda
70 informou que o IGAM solicitou a recomendação de uma organização não governamental
71 para ser a conveniente e coordenadora do recurso. O presidente destacou o apoio da
72 Associação de Municípios da Microrregião do Médio Rio Piracicaba (Amepi), junto ao CBH
73 Piracicaba e sugeriu a sua indicação. E esta proposta foi aprovada pela plenária. Com
74 relação aos processos de outorga 1576/2005 – São Bento Mineração, no município de
75 Santa Bárbara e 4159/2009 – Alupar Investimentos S.A., no município de Antônio Dias, foi
76 feita a leitura do parecer técnico (ata) da última reunião da Câmara Técnica de Outorga e
77 Cobrança. A representante da Alupar Investimentos S.A., Joana Cruz esclareceu algumas
78 questões sobre o empreendimento e citou os impactos ambientais. A seguir as outorgas
79 foram aprovadas pelos conselheiros com 23 votos a favor e 01 abstenção. Nos assuntos
80 gerais, o presidente informou que o IGAM promoverá o Fórum das Águas, de 22 a 24 de
81 março em Belo Horizonte e, para este evento o Comitê poderá indicar 02 representantes. Na
82 ocasião, manifestaram interesse: Lusifith Chafith Felipe e José Estevam da Silva. Finalizando
83 Luiz Antônio agradeceu a presença de todos. Nada mais havendo a tratar, eu Edson Valgas
84 de Paiva, segundo-secretário, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada
85 por mim e pelo Presidente.
86
87


Luiz Antônio dos Santos
Presidente – Prefeitura de São
Gonçalo do Rio Abaixo


Edson Valgas de Paiva
2º Secretário – Cenibra